

Everton Simon

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

José Antonio Moraes do Nascimento

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

Prezadas leitoras, prezados leitores! Apresentamos o primeiro número da Revista Ágora (ISSN 1982 6737) de 2024. A revista é vinculada ao Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, sob a responsabilidade dos Cursos de História, Geografia e Gastronomia da UNISC. A atual edição é composta de artigos com temática livre na área das Ciências Humanas e Sociais, principalmente em História, Geografia e Gastronomia, envolvendo aspectos socioculturais, territoriais, econômicos e políticos. São artigos com temáticas e abordagens específicas que permitem a compreensão de diferentes aspectos sociais. Como já tem se caracterizado nos últimos números da revista Ágora, temos a colaboração de pesquisadores de diferentes regiões do país, que enriquecem os debates e informações científicas.

A priorização de publicação com temáticas livres contempla possibilidades de diversas discussões interdisciplinares, onde os campos do conhecimento estão em movimento. Assim, os artigos compreendem diálogos interdisciplinares entre História, Geografia e Gastronomia, se estabelecendo em um importante espaço e fórum para a ampliação da ambiência científica e para publicação de estudos e pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento.

Os artigos trazem discussões que permitem uma ampliação do conhecimento, com debates acadêmicos inovadores e atuais, resultados de pesquisas dos diversos campos científicos, acima apontados.

Na produção **Interconexões geohistóricas: um estudo de caso da formação socioespacial no território brasileiro**, Jean Lucas Vinhas Medeiros de Carvalho o oferece uma análise abrangente da geohistória brasileira, explorando suas raízes, desde a colonização portuguesa até o cenário contemporâneo. Destaca-se a influência da colonização na construção da identidade nacional, examinando as implicações geohistóricas desse período. A expansão territorial é examinada criticamente, considerando suas ramificações geohistóricas. O texto também investiga as complexidades resultantes da industrialização e urbanização, destacando os reflexos nas desigualdades regionais. Aborda-se o projeto decolonial no Brasil, enfatizando abordagens geohistóricas para promover a justiça social. Ao

contextualizar o Brasil contemporâneo, o artigo explora desafios e perspectivas, ressaltando a complexidade da formação socioespacial brasileira. Por fim, destaca-se a integração entre geografia e história como contribuição fundamental para a compreensão da socioespacialidade brasileira.

Já em **O Barômetro da Sustentabilidade: Uma Análise da Produção Científica**, as autoras Sandra Mara Pereira D'Arísbo e Alexandra Andrade de Almeida Cardoso e os autores Cristiano Stamm e Moacir Piffer coletam informações e realizam uma análise da produção científica relacionada ao Barômetro da Sustentabilidade (BS). A metodologia do BS foi desenvolvida em 1997 por Robert Prescott-Allen, com o objetivo de elaborar um indicador que combinasse dados divergentes para apresentar um retrato da sustentabilidade de uma região ou país. Para isso, foram consultados os sites de pesquisa “Portal de Periódicos Capes”, “Web of Science – WoS” e “Scopus” no período de agosto de 2010 (mês e ano do primeiro artigo encontrado) até outubro de 2022, resultando em um total de 44 artigos selecionados após eliminação de duplicidades, artigos não abertos e livros. Foi observada uma multiplicidade de temas e uma grande quantidade de autores (110), sendo que apenas nove tiveram mais de duas publicações relacionadas ao tema. Quanto ao corpus textual, as palavras mais relevantes foram “Sustainability”, “barometer”, “environmental” e “development”. Por fim, concluíram que, apesar da importância do tema, há poucas publicações relacionadas devido, em parte, à dificuldade em conseguir dados confiáveis e recentes que são a base da pesquisa científica.

O artigo escrito por Joselane Ramos Magalhães Bertolino, Carlos Alexandre de Bortolo e Nídia Francisca de Figueiredo Carneiro, intitulado **Urbanização: Movimentos Socioespaciais e o Surgimento da Esquistossomose: Reflexos na Sociedade**, defende que a higiene dos espaços e a busca por uma vida mais saudável, levaram os pesquisadores a considerarem a relação entre saúde, meio ambiente, e os movimentos socioespaciais para a proliferação de doenças como a esquistossomose. As migrações de pessoas de um lugar para outro, podem ocorrer por vários motivos, como busca por melhores oportunidades de trabalho, acesso a serviços de saúde e educação. No entanto, esses movimentos populacionais podem impactar na distribuição geográfica das doenças. O cenário de doenças de veiculação hídricas, devido à falta de saneamento básico e migrações tem sido uma preocupação da sociedade e órgãos ambientais, pois, podem influenciar na ocorrência da esquistossomose. Esse trabalho buscou relacionar urbanização, movimentos socioespaciais, saneamento e o surgimento da esquistossomose um tópico que envolve fatores sociais, ambientais e de saúde pública, portanto, necessário que o tema seja levantado. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, utilizando fontes como a FIOCRUZ, IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Conclui-se que a expansão urbana nas cidades brasileiras, principalmente Norte de Minas nas últimas décadas, a chegada de migrantes, a falta de políticas públicas quanto à infraestrutura

de saneamento básico, ratificou a necessidade de uma atenção aos problemas relacionados à saúde pública justificando a importância do artigo.

Na sequência, em **Políticas públicas: valorização do turismo e da gastronomia no Brasil**, escrito por Rayanne Da Silva Souza, Aline Prestes Roque e Camila Nemitz de Oliveira Saraiva, se discute um panorama histórico das políticas públicas relacionadas ao turismo e à gastronomia, destacando seu papel fundamental no desenvolvimento. A partir de uma revisão de literatura, foi possível compreender a evolução dessas políticas ao longo do tempo e seu impacto no progresso dessas atividades. As políticas analisadas não apenas influenciam aspectos econômicos, mas também moldam os territórios e afetam diretamente as comunidades locais. O artigo ressalta a importância da integração entre as políticas de turismo e as voltadas para a cultura gastronômica, visando promover o turismo gastronômico como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento territorial.

Por sua vez, Gamaliel da Silva Carreiro, em **Da gastronomia à cultura gastronômica: contribuições a um debate sociológico**, tomando como pano de fundo as fortes transformações econômicas e sociais advindas do Plano Real, apresenta e analisa alguns dos resultados de pesquisa com setores da classe média de São Luís (MA) no que tange às transformações dos hábitos de consumo alimentar. Discutem-se as transformações na composição desse segmento nos últimos 20 anos, bem como seus investimentos no setor. Retoma-se o debate sociológico sobre classe social e o papel que a posse de bens simbólicos, como os ligados à alimentação, exerce na demarcação de fronteiras sociais. Finaliza-se propondo perspectivas interpretativas complementares no contexto contemporâneo da cultura gastronômica. O investimento desse segmento no campo da alimentação parece ter maiores afinidades eletivas com valores da cultura contemporânea, como a busca por divertimento, lazer, construção de individualidades, pertencas sociais, culto à novidade e um certo hedonismo.

Outra abordagem, foi realizada por Eduarda de Freitas, Marilene Cassel Bueno, Vanessa Ramos Kirsten e Adriane Cervi Blümke, em **Triagem para risco de insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família de Pantano Grande/RS**. No artigo, as autoras afirmam que a pobreza e a vulnerabilidade no Brasil originam um cenário no qual a população não é contemplada com seus direitos básicos, incluindo a alimentação. Nesse sentido, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) é caracterizada quando uma família não tem acesso aos alimentos, em quantidade e qualidade que supra suas necessidades nutricionais. O estudo tem como objetivo realizar a triagem para risco de IAN e fatores associados em famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF) no município de Pantano Grande, RS. A pesquisa foi do tipo transversal com abordagem quantitativa a partir de uma amostra não probabilística, com famílias beneficiadas pelo PBF.

Foram aplicados três questionários para avaliar os dados socioeconômicos, a Triagem para Risco de Insegurança Alimentar e os marcadores de consumo alimentar. Os dados foram analisados no software EpiInfo versão 7.2.5.0. Foram avaliadas 44 famílias e a prevalência de IAN foi de 91%, sendo 75% de IAN grave. Dentre os resultados destaca-se que a IAN foi mais presente nas famílias chefiadas por mulheres brancas (38,7% e n=17), com idade entre 29 e 50 anos (59,1% e n=26), solteiras (59,1% e n=26), desempregadas (65,9% e n=29), que recebiam menos de um salário mínimo (54,5% e n=24), com ensino fundamental incompleto (38,7% e n=17), contudo os resultados não apresentaram diferença estatística. Conclui-se que é necessário a implementação de políticas públicas para garantir o direito humano à alimentação adequada e a criação de programas complementares de geração de renda, principalmente para população que já se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Maria Leticia Aragão e Osvaldo Girão da Silva, no artigo **Políticas públicas como ferramentas de gestão de riscos de desastres relacionados às secas: uma análise do cenário legal dos municípios da região geográfica imediata de Serra Talhada, no Semiárido pernambucano**, afirmam que as políticas públicas enquanto ferramentas legais de gestão são essenciais no planejamento de ações voltadas à redução do risco de desastres, tendo em vista, que a participação social é um elemento imprescindível para o êxito de sua implementação. O presente estudo objetiva analisar o desenvolvimento de programas e políticas públicas municipais e estaduais voltadas ao enfrentamento de riscos de desastres relacionadas às secas, nos últimos 5 anos (2019 - 2023), na região geográfica imediata de Serra Talhada, semiárido pernambucano, que compreende 13 municípios. O procedimento metodológico aplicado baseia-se na perspectiva de revisão catalográfica a partir dos dados abertos disponibilizados pelos governos municipais e estadual para verificação da existência de Políticas públicas, acompanhadas pelo escopo da pesquisa, bem como Programas e Projetos de Lei. A análise realizada é baseada tanto no caráter qualitativo dos dados. O presente estudo justifica-se pela imprescindibilidade de monitoramento quanto à gestão pública de ferramentas legais de ordenamento jurídico para efetivação de projetos, ora a nível municipal ou estadual, que visem antecipar medidas de mitigação e combate aos impactos severos das secas, tendo em vista, especialmente, o nível de vulnerabilidade a estes desastres dos municípios investigados.

No artigo **Processo de implementação de políticas públicas: uso do poder discricionário na área da educação**, de autoria de Fernando Bandeira Batista Fontoura, Mariéli Helfer Gehring e Eduardo Elias Wachholtz, se apresenta uma reflexão sobre o processo de implementação de políticas públicas na área da educação em dois municípios do interior do estado do Rio Grande do Sul/Brasil. O objetivo do artigo foi analisar como os burocratas de nível de rua influenciam na área da educação em processos incluídos e/ou excluídos que afetem a (re)produção ou redução de desigualdades no processo de

implementação de políticas públicas. O artigo Burocracia e Implementação de Políticas Públicas: Desafios e Potencialidades para Redução de Desigualdades, de autoria de Gabriela Lotta (2021), foi a base para os dois momentos, tanto o teórico como a pesquisa de campo. Na pesquisa de campo foram realizadas três entrevistas semiestruturadas aprofundadas com profissionais da área da educação do interior do Rio Grande do Sul. Após a análise dos resultados, considera-se que a implementação bem-sucedida da política pública deve considerar as avaliações de impacto social que analisem de maneira abrangente como a política afeta as desigualdades. A ausência desse tipo de avaliação pode limitar a compreensão dos resultados e impedir ajustes necessários.

Por fim, André Vanderlei da Silva, em **ARQUITETURA HISTÓRICA EM TAQUARI-RS**, apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida sobre o patrimônio cultural de Taquari (RS), com foco em edificações construídas no século XIX. O objetivo principal é diagnosticar e inventariar prédios que apresentem elementos arquitetônicos característicos que remetam aos primeiros povoadores açorianos. Teoricamente, trabalha-se a partir de conceitos de patrimônio cultural e educação patrimonial. O artigo está organizado da seguinte maneira: (a) inicia com análise de literatura básica sobre a história de Taquari-RS, sobre o conceito de patrimônio cultural e Educação Patrimonial e a arquitetura colonial luso-açoriana. (b) Discussão sobre os dados levantados a partir do inventário e diagnóstico das edificações. (c) Considerações Finais.

Nos acompanhe nos artigos. Boa leitura e bons aprendizados!